

## Os corpos da inclusão: mídia e relações com a diferença

The inclusion bodies: media and relationships with difference

Los cuerpos de la inclusión: los medios de comunicación y las relaciones con la diferencia

\* Betina Hillesheim

Professora doutora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

betinah@unisc.br

\*\* Amanda Cappellari

Mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

amanda.cappellari@gmail.com

*Recebido: 19 de abril de 2017*

*Aprovado: 08 de agosto de 2018*

### RESUMO

Há, na contemporaneidade, uma proliferação de discursos sobre a diferença que sublinham a necessidade de tolerância e respeito pela diversidade. Nesse sentido, evidencia-se a inclusão como uma prática capaz de atender a essas demandas. Este artigo propõe-se a discutir, sistematizar e problematizar os corpos da inclusão constituídos pela mídia. Utilizaram-se 14 reportagens publicadas no jornal Zero Hora no período de março a setembro de 2015 que apresentavam a temática de inclusão e relação com a diferença. Percebeu-se que entre os corpos da inclusão estão: mulheres, negros, pessoas com deficiência, pessoas com diferentes sexualidades. No que se refere à incitação à inclusão, existem duas direções: uma diz da dedicação e persistência necessárias ao indivíduo para ser incluído; a outra, das ações e práticas de solidariedade e respeito que devem ser realizadas por todos para garantir a inclusão.

Palavras-chave: Inclusão; Relação com a diferença; Mídia.

### ABSTRACT

In contemporaneity, discourses about difference have been spread emphasizing the need for tolerance and respect for diversity. In this sense, inclusion has shown to be a practice that can meet such demands. This paper aims to discuss, systematize and problematize the inclusion bodies constituted by the media. We used 14 reports published on Zero Hora newspaper from March to September, 2015, focusing on inclusion and the relationship with difference. Among the inclusion bodies, one can find women, black people, people with

disabilities, people with different sexualities. Regarding the incitation to inclusion, two directions can be identified: one concerns the dedication and persistence required from the individual to be included; the other is related to the actions and practices of solidarity and respect by everyone in order to guarantee inclusion.

Keywords: Inclusion; Relationship with difference; Media.

## RESUMEN

Hay, en la contemporaneidad, una proliferación de discursos sobre la diferencia que subrayan la necesidad de tolerancia y respeto por la diversidad. En ese sentido, se evidencia la inclusión como una práctica capaz de atender a esas demandas. Este artículo se propone discutir, sistematizar y problematizar los cuerpos de la inclusión constituidos por los medios. Se utilizaron 14 reportajes publicados en el periódico Zero Hora en el período de marzo a septiembre de 2015 que presentaban la temática de inclusión y relación con la diferencia. Se percibió que entre los cuerpos de la inclusión están: mujeres, negros, personas con discapacidad, personas con diferentes sexualidades. En lo que se refiere a la incitación a la inclusión, existen dos direcciones: una dice de la dedicación y persistencia necesarias al individuo para ser incluido; la otra, de las acciones y prácticas de solidaridad y respeto que deben ser realizadas por todos para garantizar la inclusión.

Palabras clave: Inclusión; Relación con la diferencia; Medio de comunicación.

## Introdução

Pode-se dizer que uma das características da contemporaneidade é a proliferação de discursos sobre a diferença. Nessa perspectiva, cotidianamente somos incitados por apelos à tolerância e respeito à diversidade, igualdade de direitos, combate ao preconceito, entre outros, os quais almejam dar conta da necessidade de inclusão.

Para se colocar como um imperativo, a inclusão é revestida de valores tidos como inquestionáveis, especialmente porque se constrói a partir de uma aparente oposição com a noção de exclusão. Assim, em uma lógica binária que se rege por polos opostos (inclusão x exclusão), a inclusão é compreendida mediante sentimentos e atitudes positivas (amor, solidariedade, tolerância, respeito...), enquanto que a exclusão é enunciada a partir do negativo (intolerância, preconceito, sofrimento...). Porém, para além de julgar a inclusão e a exclusão como essencialmente boas ou ruins, trata-se de tentar pensar de outros modos, desconstruindo o binarismo que constitui tais noções e problematizando as formas pelas quais as mesmas se entrelaçam, como “composições de um mesmo jogo” (LOPES, 2009. p.157). Entende-se que a lógica binária facilita a tomada de posições, acomodando

posições tidas como justas e verdadeiras, sem, no entanto, permitir perceber o quanto as relações entre inclusão e exclusão são bem mais complexas. Problematizar, conforme Foucault (2004a), significa se distanciar de determinada forma de fazer ou de reagir, em um exercício de liberdade, separando-nos daquilo que se faz e constituindo-o como objeto de pensamento, indagando “sobre seu sentido, suas condições e seus fins” (p. 232).

Lopes (2011) discute que tratar da inclusão dissociada da exclusão é uma abordagem insuficiente, que esvazia a força política desses termos, banalizando-os e disseminando-os em usos pouco rigorosos. Para a autora, “tanto a inclusão quanto a exclusão são invenções deste mundo” (p. 285), produzidas na modernidade e potencializadas na atualidade, sendo importante distanciar-se das “investidas revolucionárias, individualistas, liberais e salvacionistas/libertadoras que determinam muitos dos discursos que constituem o campo das ciências humanas” (p. 284).

Pode-se ainda compreender que a inclusão tem se configurado como um imperativo de Estado, conforme discutido por Lopes e Rech (2013). Afirmar a inclusão como um imperativo de Estado significa dizer que a inclusão tem se materializado tanto como uma alternativa economicamente viável para a efetivação de processos de normação e normalização<sup>1</sup>, quanto para a possibilidade da expansão de outros modos de vida no tecido social.

Dessa forma, inclusão como imperativo implica, pelo seu caráter de abrangência e de imposição a todos, que ninguém possa deixar de cumpri-la, que nenhuma instituição ou órgão público possa dela declinar. Sem mais discutir a pertinência ou não da inclusão, o Estado cria condições de materialização de ações reconhecidas como inclusivas, visando garantir a participação de todos em distintos espaços” (p. 212-213).

Desse modo, o presente texto fundamenta-se em uma pesquisa sobre mídia e inclusão, na qual foram selecionadas reportagens publicadas no jornal Zero Hora<sup>2</sup>, no período de março a setembro de 2015, que se relacionavam com a temática da inclusão. Para a produção de dados, foram utilizadas as edições diárias do jornal, excetuando-se os finais de semana. Para o presente artigo, foram escolhidas aquelas que traziam o que se denominou como narrativas sobre a inclusão, ou seja, que delineavam determinados

<sup>1</sup> Os conceitos de normação e normalização serão melhor trabalhados no decorrer do texto.

<sup>2</sup> Zero Hora é um jornal impresso do Rio Grande do Sul, com ampla circulação diária no referido Estado e também em Santa Catarina. O jornal pertence ao grupo RBS que, por sua vez, é afiliado à Rede Globo.

personagens tidos como diferentes e passíveis de inclusão, evidenciando suas trajetórias. A partir desse critério, foram analisadas 14 reportagens.

Considera-se que a mídia se configura como um dispositivo pedagógico, não se limitando a “uma discussão sobre linguagem, sobre estratégias de construção de produtos culturais (...), mas é, sobretudo, uma discussão sobre poder e formas de subjetivação” (FISCHER, 2012. p. 115). A mídia relaciona-se à constituição de sujeitos na cultura, pautando, orientando e interpelando o cotidiano das pessoas, participando ativamente na produção de identidades e subjetividades. Assim, mais do que um espaço de reprodução de discursos, a mídia produz modos de ser e estar no mundo, desempenhando uma função importante na produção e multiplicação dos discursos sobre inclusão. Em concordância com Fischer (1996), aponta-se a relevância da compreensão dos meios de comunicação em massa na vida cotidiana, uma vez que esses são elementos básicos da cultura contemporânea.

Na perspectiva de análise adotada, fundamentada nas teorizações foucaultianas, parte-se de alguns princípios. Para Foucault (1998), o discurso não se constitui como um jogo de significações prévias, o qual caberia apenas ser decifrado, nem seria portador de algo como um núcleo escondido, como se houvesse um sentido último a ser descoberto. Além disso, os discursos são tidos como práticas descontínuas, que ora se cruzam, mas também podem se excluir ou ignorar. Portanto, como aponta Fischer (2001), é necessário ficar no nível das coisas ditas, possibilitando que apareça a própria complexidade do discurso: não se trata de entendê-lo como mera representação da realidade, mas como prática que forma, sistematicamente, os objetos de que fala.

Nessa direção, pressupõe-se que a mídia cumpre uma função de produção de sentidos, construindo a própria realidade. Dessa maneira, intenta-se localizar, descrever e problematizar algumas das estratégias discursivas utilizadas pelo jornal analisado que compõem um conjunto de ensinamentos sobre o que são práticas inclusivas e a quem as mesmas são direcionadas, examinando como tais discursos produzem a inclusão como um imperativo e definem condutas adequadas/inadequadas, assim como sujeitos inclusivos e incluídos. Dessa forma, discute-se quais são *os corpos da inclusão* constituídos pela mídia. Como afirma Foucault (2008a, p. 5), “em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir

dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas”. Cabe ressaltar que, ao dar visibilidade a essa materialidade, não se pretende apontar explicações lineares de causa e efeito, mas evidenciar a multiplicidade e dispersão dos discursos sobre a inclusão. Assim, trata-se de tomar os documentos como monumentos, ou seja, compreender que os documentos não são matéria inerte, mas o trabalho de organização que aponta para formas específicas de permanência, na tentativa de reconhecer “uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2004b, p. 8).

### **Incluir é preciso! Narrativas e incitação à inclusão**

Veiga-Neto (2005) discute como a crítica de Michel Foucault à razão política se deu no sentido de problematizar as formas pelas quais as relações de poder engendraram a noção moderna de Estado, bem como a própria constituição do sujeito moderno. Nessa perspectiva, Foucault (2008b) examina como se constituiu a problemática de governo (como se governa, quem governa, até que ponto, de que modos se governa?), argumentando que as artes de governar sofreram um bloqueio ao longo do século XVII, sendo que o seu desbloqueio ocorre a partir da emergência da noção de população. A população não se confunde com um conjunto de sujeitos jurídicos em relação à vontade soberana, mas se refere a um conjunto de elementos que são regidos por determinadas constâncias e regularidades, “no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos” (FOUCAULT, 2008b, p. 95), bem como um certo número de variáveis. A emergência da noção da população significou, para Foucault, um deslocamento de um poder soberano para uma técnica nova, relacionada à série segurança, população e governo. Portanto, para o autor, governar não significa reinar, comandar ou fazer a lei, mas uma técnica que se inspirou no poder pastoral, agindo na direção de uma condução de condutas. O poder pastoral é, assim, uma arte de governo cuja entrada na política marca, a partir do final do século XVI, o nascimento do Estado Moderno. Dessa maneira, Foucault propõe o conceito de governamentalidade, abrangendo tanto o conjunto de ações, táticas, cálculos, etc., que tem por alvo a população, quanto a tendência que se firmou no Ocidente na direção de condução de condutas e, por fim, o

processo pelo qual o próprio Estado, para sobreviver, foi paulatinamente se governamentalizando.

Tendo em vista a centralidade do conceito de governo na obra foucaultiana e uma ambiguidade do termo na língua portuguesa, visto que o que se costuma nomear como governo se relaciona àquelas instituições do Estado que centralizam a ação de governar, Veiga-Neto (2005) sugere a utilização do termo governo. Feitas tais considerações, assume-se, no presente texto, o termo governo para fazer referência não a práticas do Estado, mas a “ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” (p. 83).

A partir disso, pode-se compreender que, na medida em que a inclusão é um imperativo de Estado, sendo compreendida como boa para todos, visto ser autoexplicativa e conter em si mesma sua justificativa, as múltiplas práticas de governo da população desembocam em ações que objetivam trazer aquelas pessoas que sofrem discriminação negativa para o convívio com aqueles que não são discriminados (LOPES, 2011).

Diferente da discriminação positiva, que tende a ajudar aqueles que têm menos com a finalidade de integrar as populações carentes ao regime comum, a discriminação negativa não consiste somente em ajudar os menos favorecidos, mas também “marca seu portador com um defeito quase indelével” (CASTEL, 2008, p.14), associando-o a uma característica que não se pode escolher. Na discriminação negativa cria-se um estigma sobre o sujeito, que justificaria a exclusão. Embora a inclusão baseada na aproximação entre sujeitos discriminados negativamente e não-discriminados não possibilita que se fale em uma exclusão de Estado ou de uma exclusão física ou de acesso, isso não impede que tais sujeitos sigam vivenciando formas de discriminação negativa, Lopes (2011) propõe o termo in/exclusão, de forma a evidenciar os intrincados processos que ligam tais polos.

Nas discussões acadêmicas, há muitas críticas ao neoliberalismo. Assim, como alerta Lopes (2011), afirmar que a inclusão é uma estratégia para o estabelecimento de uma racionalidade política neoliberal, muitas vezes é identificado como uma postura ‘reacionária’ ou ‘de direita’. Entretanto, a partir dos estudos de Michel Foucault sobre o liberalismo e o neoliberalismo, é possível entender como, desde o fim do século XVIII, os problemas específicos da vida e da população foram colocados no interior de uma tecnologia de governo fustigada, constantemente, pelas questões do liberalismo:

Essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função – é com isso, digamos assim, que se

DOI: 10.5902/1984644426744

assinala a diferença em relação à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, [o] crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar (FOUCAULT, 2008a, p. 39).

O princípio regulador de tal forma de governar é o mercado. Lagasnerie (2013) aponta que o mercado é o lugar de ruptura entre essas duas tradições, pois partem de diferentes concepções de mercado e de sua articulação com o Estado. Como argumenta Foucault (2008a), enquanto no liberalismo clássico, a ordem é ‘deixai-nos fazer’, nas tradições neoliberais alemã e americana, trata-se de estender o mercado a todos os aspectos da vida, estabelecendo uma política concorrencial.

Além disso, na medida em que o neoliberalismo adere a uma concepção de sociedade fundamentada em uma forma-mercado, “o conceito central da abordagem neoliberal não é o de liberdade, mas o de pluralidade” (LAGASNERIE, 2013, p. 60), sendo que, embora importante, o papel da liberdade é secundário em relação à noção de pluralidade:

A especificidade desse paradigma é obrigar-nos a perguntar o que implica e o que significa viver numa sociedade composta de indivíduos ou grupos que experimentam modos de existência diferentes (p. 61).

Portanto, para o autor acima citado, uma política que visa a proteger e fazer proliferar as diferenças, celebrando a multiplicidade, inscreve-se em uma lógica neoliberal. E, para além de pensar o neoliberalismo como uma ideologia ou teoria política, trata-se, aqui, de acordo com Foucault (2008a), de uma racionalidade articulada a práticas concretas, as quais produzem determinado número de coisas. A noção do *homo oeconomicus* é um elemento fundamental nessa razão governamental, sendo que o que o diferencia do sujeito de direito – aquele que tem direitos naturais, mas, acima de tudo, aceita a renúncia desses direitos –, é que se trata de um sujeito de interesse, que é regido por uma mecânica inteiramente distinta da ideia de renúncia, visto que este sujeito deve perseguir, incessantemente, seu próprio interesse, não renunciando ao mesmo, mas ajustando-se e multiplicando-o a partir da vontade e do interesse dos outros, sendo o mercado um lugar de veridicção.

Foucault (2008b) distingue as formas de normalização disciplinares daquelas típicas do que denomina como uma sociedade de segurança. No primeiro caso, tratar-se-ia mais de uma normação, isto é, primeiro se constrói um modelo ótimo e a normalização disciplinar age no sentido de adequar as pessoas a esse modelo. Porém, em uma sociedade regida por mecanismos de segurança, o que está em questão são elementos díspares, os quais

são governados a partir de uma política de multiplicidades, que opera em um terreno de probabilidades. Diferentemente de um sistema disciplinar, que parte da norma, tais estratégias de normalização buscam identificar diferentes curvas de normalidade, sendo que a normalização consiste em articular essas diferentes distribuições de normalidade: “a norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele” (p. 83).

Tendo em vista essas distinções realizadas por Foucault, Lopes e Rech (2013) apontam que, na contemporaneidade, as relações entre Estado, população, grupos sociais e indivíduos não estão somente submetidas às técnicas disciplinares de normação, características da Modernidade, mas também às de normalização. Como consequência das ações de normalização, a norma é fundada a partir daquilo que é considerado normal para cada grupo, sendo que as referências de normalidade são móveis. “A rigor, deixa de existir um normal para toda e qualquer situação” (p. 212), sendo que é possível, conforme o grupo a que se pertence, que qualquer um seja considerado normal ou anormal, mesmo que provisoriamente. Entretanto, mesmo que as normas tenham se multiplicado mediante os processos de normalização contemporâneos, seguem existindo operações disciplinares no sentido de correção e acompanhamento dos comportamentos individuais. Dessa forma,

com a crescente importância da norma e suas derivadas, a sociedade se torna normalizadora. Trata-se de uma sociedade em que o conjunto normativo opera tanto sobre o indivíduo quanto sobre a totalidade da população, de forma a manter as regularidades, a segurança e a qualidade da vida coletiva (LOPES & RECH, 2013, p. 212).

Nas reportagens analisadas, evidencia-se que as diferenças são constantemente nomeadas, constituindo determinados corpos a ser normalizados. Assim, os corpos da inclusão pertencem a mulheres, pobres, pessoas com deficiências, pessoas com hanseníase, pessoas com diferentes sexualidades, refugiados, idosos, presidiários, negros, índios. São corpos que dizem de outros gêneros, outras sexualidades, outras idades, outras capacidades, outras raças, outras religiões... Corpos que não se enquadram no modelo homem, branco, adulto, heterossexual, classe média, urbano; porém, mais do que buscar trazer esses diferentes corpos para um modelo ótimo, trata-se de estabelecer conexões possíveis entre elementos heterogêneos. Assim, se para Foucault, o exercício do poder, mais do que uma relação de violência ou dominação, estrutura-se como uma ordem de governo, consistindo em um “conjunto de ações sobre ações possíveis” (2010, p. 288), conduzindo condutas e ordenando probabilidades, pode-se pensar que, nesse caso, se



inclui a liberdade como um elemento estratégico. Nesse sentido, o outro não é dobrado ou destruído, mas é reconhecido como um sujeito de ação, para o qual se abre, diante do exercício do poder, um amplo campo de reações e efeitos possíveis.

A partir da pesquisa realizada, percebe-se que a incitação à inclusão traça-se em duas vertentes: por um lado, mostrando-se os méritos do indivíduo incluído, que garante a inclusão a partir de sua dedicação, persistência e, principalmente, pelo desejo de ser incluído; por outro, mediante a construção de atitudes e práticas inclusivas, ou seja, de combate ao preconceito, solidariedade, respeito à diferença, responsabilização individual. Nessa perspectiva, as reportagens focam tanto histórias do que se poderia chamar 'sucessos da inclusão', trazendo sujeitos *incluídos* que servem de exemplo, quanto práticas *inclusivas*, isto é, ações realizadas por pessoas ou grupos que busquem incluir aqueles sujeitos que estejam em alguma situação considerada de *exclusão*. Há, portanto, uma recorrência de situações nas quais a inclusão é enaltecida como um valor, sendo que o sucesso é atribuído ao indivíduo, mediante seu enlace com as práticas inclusivas.

Em reportagem do dia 22 de junho de 2015, são trazidos os relatos de duas mulheres, uma indígena e uma negra, ingressantes na universidade federal pelo sistema de cotas. Diz T.L., negra, 35 anos, graduada em Engenharia Cartográfica: *Eu sempre quis fazer uma faculdade, mas não teria condições de pagar para estudar. Sou a primeira da família a entrar na Universidade.*<sup>3</sup> Por sua vez, D.L.M., 24 anos, graduada em Enfermagem, primeira índia cotista a se formar na UFRGS, assinala: *Eu falava português apenas na escola. Achei que não passaria. Eram mais de 20 candidatos para a vaga. Mas passei. O desafio começou ali.* Tem-se, assim, a inclusão como resultado das ações inclusivas, mas também relacionadas ao esforço individual e às oportunidades ofertadas na articulação entre Estado e mercado. Evidencia-se, ainda, que os discursos sobre meritocracia presentes nos casos de sucesso pessoal, também transpassam a história dos sujeitos incluídos, colocando-os na condição de merecedores da inclusão.

Lopes (2009) afirma que, na medida em que todos devem estar incluídos e todos devem estar em permanente atividade, integrando-se nas malhas que sustentam os jogos de mercado, uma das principais condições de participação é ser educado no sentido de entrar nesse jogo. Desse modo, são colocados em movimento muitos 'mecanismos

---

<sup>3</sup> Os trechos retirados do jornal Zero Hora estão grifados em itálico.

educadores', os quais não se constituem propriamente como pedagógicos, pois não têm uma intencionalidade (pedagógica), mas “simplesmente educam a partir daquilo que mobilizam nos indivíduos” (p. 156), sendo fundamental que as pessoas aprendam aquilo que se faz necessário para garantir, por si mesmas, as condições de entrada e permanência nas redes de mercado. O neoliberalismo se coloca como um conjunto de práticas que produz determinados modos de vida, “cada vez mais conduzidos para princípios de mercado e de autorreflexão, em que os processos de ensino/aprendizagem devem ser permanentes (p. 154). A garantia de inclusão e o mercado não guardam, portanto, uma relação de oposição, mas, como assinalam Soares e Hillesheim (2011), a primeira opera como condição de possibilidade de existência e funcionamento do próprio mercado.

Em uma análise sobre a sociedade contemporânea, Popkewitz, Olsson e Petersson (2009) trazem o conceito de cosmopolitismo, o qual se constituiria como uma tese cultural referente a modos de vida, sendo o cosmopolita atual “apresentado como um cidadão global, liberto do provincianismo e da tradição, regulado mais por princípios universais de direitos humanos do que por certezas sociais ou teológicas” (p. 75-6). Considera-se que vivemos em sociedades de aprendizagem, nas quais os sujeitos são direcionados a contínuas mudanças e inovações, mediante um permanente processo de escolha individual que gerencia o presente em nome do futuro, tendo como pano de fundo os princípios de autorreflexão, ação e participação. Desta maneira, “o futuro funciona como uma prática de governo” (p. 80), mobilizada para a formação de pessoas que sejam adequadas a um novo modelo de sociedade, uma sociedade futura inclusiva. Tais sujeitos são denominados como cosmopolitas inacabados, visto serem sujeitos em contínua aprendizagem, sendo orientados para um mundo global para o qual não existe uma linha de chegada, mas que deve ser guiado por valores pensados como universais, de forma a alcançar o progresso por meio de suas ações individuais e comunitárias.

Neste contexto, a incitação à inclusão, se por um lado denota as preocupações e compromissos em relação às situações de desigualdade, também pode ser compreendida como expressão dos medos sociais em relação a aqueles que correm o risco de ficarem excluídos, trazendo ameaças de desintegração social ou de barbárie. Trata-se, portanto, não “tão somente um toque para encontrar o progresso econômico futuro mas, também e sobretudo, um toque que alerta para a desorganização moral e cultural” (Ibidem, p. 90).

Portanto, superar as dificuldades pessoais e inserir-se no mercado de trabalho é uma prática que também diz de uma sociedade inserida na lógica neoliberal. Ressalta-se que o esporte, ao mesmo tempo em que é pautado pela competição, também é visto como um espaço inclusivo: das 14 reportagens selecionadas, 4 tratam da inclusão pelo esporte, não somente das pessoas com deficiência, mas também das mulheres. São trazidos 3 casos de mulheres que atuam no futebol – reduto tido como masculino.

Na medida em que os corpos da inclusão são tão pulverizados (mulheres, pessoas com deficiência, negros, índios...), qualquer um é passível de inclusão. A inclusão passa a ser uma causa universal, pois, em um mundo caracterizado pelo que Bauman (2005) denomina de produção de refugio, não há lugares seguros, sendo que, permanentemente, os sujeitos podem ser considerados redundantes, ou seja, desnecessários, sem uso, dispensáveis. E, sendo dispensáveis, estão excluídos do único jogo disponível, o jogo do mercado. Inserir-se no jogo é a condição de permanência, mas uma condição sempre provisória.

Se todos são passíveis de inclusão/exclusão, é possível perceber que a responsabilidade da inclusão também passa por todos – sendo que a mídia se constitui como uma estratégia pedagógica que visa a educar os sujeitos de inclusão. Desse modo, tanto os ditos excluídos são responsáveis em fazer a inclusão funcionar, como cada um dos leitores é convocado a se colocar como um agente neste processo, promovendo ações consideradas inclusivas. Incluir é tarefa de todos, com vistas à construção de uma sociedade mais afinada com os valores considerados importantes para um mundo melhor. Assim, na reportagem Páscoa Solidária (3 de abril de 2015), uma das entrevistadas diz: *Reclamamos quase que diariamente de nossos políticos, mas não cobramos, de nós mesmos, atitudes para algo positivo acontecer. Se cada um de nós fizer um pouco, teremos um lugar melhor para viver.* Nesse cenário, as narrativas de situações de inclusão bem-sucedidas fazem com que se visibilize uma sociedade mais equitativa, cujos indivíduos são guiados por princípios de racionalidade e progresso. Portanto, é preciso ‘persistir e não desistir’, ‘estudar ainda mais’, ou seja, os excluídos, como argumentam Popkewitz, Olsson e Petersson (2009), devem também se transformar em cosmopolitas inacabados.

Nesse contexto, a solidariedade emerge como uma estratégia fundamental. Dentre as reportagens selecionadas, quatro delas apelam, já no título, para a noção de solidariedade: Páscoa solidária (3 de abril de 2015); De uma mesa para outra (21 de maio de 2015);

Lanche solidário para Anita (12 de agosto de 2015); Juntos somos mais fortes (13 de agosto de 2015). Concomitante à solidariedade, o sentimento de amor é trazido como possibilidade de superação das barreiras relacionadas à discriminação daqueles que habitam os corpos a serem incluídos: Lição de amor de irmão para irmão (9 de abril de 2015); Amor sem limites (12 de junho de 2015) e Sexo como um direito (22 de setembro de 2015). E, como principal foco de luta, se coloca o preconceito, como explicitado em uma reportagem sobre filhos de pessoas com hanseníase: Precisamos mostrar que a hanseníase tem cura, mas o preconceito, não (Cicatrizes do isolamento; 1º de abril de 2015).

Excetuando-se a reportagem sobre as cotas nas universidades (A vida depois das cotas; 22 de junho de 2015) e uma relativa à situação dos refugiados no país (Uma jornada rumo ao sul; 20 de maio de 2015), as outras selecionadas não referiam as políticas públicas. As práticas inclusivas que foram noticiadas pelo jornal no período analisado enfatizavam ações nascidas do sentimento de solidariedade e amor, mediante iniciativas de pessoas ou grupos. Assim, à semelhança da pesquisa realizada por Thoma e Kraemer (2011), a respeito do 'Guia para a reflexão e avaliação de experiências educacionais inclusivas', o qual se destinava ao preenchimento das escolas candidatas ao 'Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas – a escola aprendendo com as diferenças', ofertado pelo Ministério de Educação e Cultura, em 2010, pode-se perceber algumas das estratégias para a condução de condutas inclusivas. Dessa maneira, no estudo citado, a boa experiência “deriva de uma ampla demanda gerencial, onde cada um assume o compromisso de coordenar a sua inserção e participação no jogo da inclusão” (p. 205), sendo que, para afastar o risco da exclusão, toda a comunidade (no caso, a comunidade escolar) é chamada a participar, considerando-se as especificidades do contexto da experiência. A inclusão é vista como um processo contínuo, sendo que os sujeitos envolvidos nesse processo devem se dispor a conviver com a diferença e conhecer suas responsabilidades, seus valores éticos e morais, bem como a fragilidade da condição humana. Assim, concluem as autoras, os discursos relativos à inclusão inscrevem-se dentro de uma sociedade de segurança que opera no sentido de governo das condutas dos sujeitos, os quais são constituídos a partir de características tidas como inclusivas (ou seja, mais acolhedores, acessíveis, responsáveis, solidários, participativos, autônomos, empreendedores, etc).

Na estratégia de condução de condutas inclusivas, as crianças se colocam como um investimento importante. Kohan (2003) aponta que, em uma perspectiva platônica, a

infância se situa como uma problemática política, ou seja, é preciso educá-las para que, no futuro, construam uma pólis mais justa. Porém, “se Platão já tomava a infância como material de política, justamente a partir da dimensão educativa, é na Modernidade que tal concepção toma volume, organizando-se e sistematizando-se a partir de uma série de práticas voltadas para a infância” (HILLESHEIM, 2008, p. 78-79). Nas reportagens do jornal Zero Hora, as crianças aparecem tanto como sujeitos a serem incluídos como agentes da inclusão; neste último caso, as crianças são enunciadas como mais inclusivas que os adultos, visto que teriam mais abertura em relação à diferença. Além disso, parte-se da ideia da infância como um lugar privilegiado para a construção de uma sociedade inclusiva.

Ainda é possível afirmar que a relação com a diferença parece se esgotar no ‘diferente’, isto é, indivíduos concretos que carregam em seus corpos a marca da diferença, compreendida como um desvio à norma. Contudo, conforme Silva (2002), reduzir a diferença ao diferente implica em considerá-la a partir dos parâmetros da identidade. Cabe ainda apontar que a operação de reduzir a diferença a indivíduos diferentes traz, em si, a necessidade de normalização de tais corpos. No material analisado, tal normalização passa tanto pelo esforço dos sujeitos ‘diferentes’, quanto pela própria inclusão, que permitiria uma aproximação entre os ditos normais e aqueles considerados anormais. A diferença, assim, aproxima-se mais de uma noção de diversidade (nesse sentido, são interessantes alguns slogans que costumam ser veiculados em campanhas pró-inclusão: *todos somos diferentes ou ser diferente é normal*), tratando a diferença de forma naturalizada e cristalizada, para a qual são suficientes vagos apelos a uma suposta tolerância. Inclusive, pode-se pensar que tal naturalização da diferença também acaba por apagá-la.

## Para concluir

Dreyfus e Rabinow (2010) apontam que o conceito de normalização é central na obra de Michel Foucault, sendo que, se é possível supor que todas as sociedades têm normas e seus integrantes são socializados de acordo com as mesmas, as análises foucaultianas chamam a atenção de que, em nossa sociedade, as normas são estratégias sem estrategistas, não sendo estáticas, mas se ramificando de forma a colonizar, meticulosamente, cada aspecto de nossas práticas. Portanto, em uma sociedade de segurança, nenhuma ação considerada importante escapa à normalização, tendendo a

uma totalização e uma especificação maior de normatividade. Ilustrando seu argumento com o que aconteceu no campo do aconselhamento sexual, que não se limita a auxiliar que o sujeito decifre seus desejos, mas visa ao aperfeiçoamento do prazer obtido através do corpo, os autores alertam que tal apropriação não liberta do poder, mas, ao contrário, traz em si uma maior sujeição, visto que se relaciona ao princípio da competência.

Assim, mesmo “mostrando o sujeito como uma construção histórica cujo modo de funcionamento requer que ela esconda o fato de que é uma construção histórica”, as práticas normalizadoras continuam eficazes (DREYFUS; RABINOW, 2010. p. 333). Isso significa que as normas estão sempre se modificando, na tentativa de agrupar, em um conjunto coerente, cada aspecto de nossas práticas: “para esse fim, várias experiências são identificadas e anexadas como domínios apropriados tanto para um estudo teórico quanto para uma intervenção” (p. 334). Deste modo, a partir de tais colocações, pode-se dizer que uma problematização da inclusão consiste em pensá-la também como uma prática normalizadora, o que, se por um lado, pode evitar determinados perigos – como o da exclusão -, também produz outros efeitos.

Ao responder à crítica de que sua teoria do poder engloba tudo, Foucault (2004c) replica que se existem relações de poder em todos os lados, também existe a liberdade, visto que, para ele, o exercício de poder pressupõe a liberdade e se constitui de estratégias pelas quais se busca conduzir condutas. Nessa perspectiva, não se trata de dissolver as relações de poder, mas propor “regras de direito, técnicas de gestão e também a moral, o éthos, a prática de si, que permitirão, nesses jogos de poder, jogar com o mínimo possível de dominação” (p. 284). Afinal, como lembra o filósofo, pelo modos de modo virtual, as relações de poder sempre engendram também estratégias de luta, de resistência. (FOUCAULT, 1998).

Ao considerar os discursos sobre a inclusão como parte desse jogo estratégico que prescinde de um estrategista, é importante refletir sobre seus efeitos e também sobre seus perigos. Afinal, na esteira do pensamento foucaultiano, é preciso perguntar como nos tornamos o que somos, talvez não tanto no sentido de uma descoberta (quem somos?), mas, principalmente, para “recusar o que somos” (FOUCAULT, 1998, p. 283), buscando promover outras formas de subjetividade. Tal atitude, como argumentam Dreyfus e Rabinow (2010), se distancia de um niilismo ativo, que implicaria na desconstrução como um fim em si mesmo, mas propõe um ‘pessimismo hiperativo’, o qual se volta,

constantemente, para o diagnóstico e o enfrentamento dos perigos de nossas práticas, afastando-se de quaisquer ideias de salvação.

É preciso ainda marcar que a discussão realizada no presente artigo não se pauta por uma suposta denúncia da inclusão, qualificando-a como boa ou má, verdadeira ou falsa, plena ou insuficiente. Entretanto, na medida em que o discurso da inclusão aparece em tão variados lugares e de forma tão insistente, é necessário interrogar quais as formas de subjetivação que estes produzem e buscar identificar quais os perigos aí presentes. Assim, através do abandono dos lugares confortáveis de quem já sabe o que é bom, verdadeiro e justo, é que se pode pensar em outras formas de individualização para além daquelas que nos são impostas.

## Referências

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTEL, R. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.

DREYFUS, H. L., & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FISCHER, R. 'Técnicas de si' na TV: a mídia se faz pedagógica. In: FISCHER, R. **Trabalhar com Foucault**. Arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 113-132.

FISCHER, R. Foucault e a análise de discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2016.

FISCHER, R. **Adolescência em discurso**: mídia e produção de subjetividade. Porto Alegre: UFRGS/Faced. Tese de doutorado. 1996. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10281/000188015.pdf?...1> Acesso em: 18 de maio de 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Flores, 2008b.

DOI: 10.5902/1984644426744

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

FOUCAULT, M. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a, p. 225-233.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c, p. 264-287.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HILLESHEIM, B. **Entre a literatura e o infantil: uma infância**. Porto Alegre: Abrapso-Sul, 2008.

KOHAN, W. **Infância**. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LAGASNERIE, G. **A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, M. C. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In.:BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (Orgs). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 283-298.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 153-169, mai/ago. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297/5536>> Acesso em: 22 de maio de 2014.

LOPES, M.C., & RECH, T.L. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**, Porto Alegre, 2013, v.36, n.2, p. 210-219. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/12942/9452> Acesso em: 26 de junho de 2018.

POPKEWITZ, T. S., OLSSON, U., PETERSSON, K. Sociedade da aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 2009, v.34, n.2, p.73-96, maio/ago.

SILVA, T. T. Identidade e diferença: impertinências. **Educação e Sociedade**, 2002, n. 79, p. 65-66. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79335/000329616.pdf?sequence=1>> Acesso em: 19 de fev. de 2016.

SOARES, R. S., & HILLESHEIM, B. Escola e governo das diferenças: a inclusão do aluno com deficiência visual. In: THOMA, A, HILLESHEIM, B. (org.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011, p. 109-129.



DOI: 10.5902/1984644426744

THOMA, A., & KRAEMER, G. M. A arte de condução das condutas no contexto da educação inclusiva: premiando experiências escolares. In: THOMA, A., & HILLESHEIM, B. (org.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011, p. 198-224.

VEIGA-NETO, A. Governo ou governmentamento. Currículo sem fronteiras, 2005, v.5, n.2, p. 78-85. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-netoen.htm> Acesso em: 27 de junho de 2018.

## Correspondência

**Betina Hillesheim** – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Av. Independência, 2293 – Universitário, CEP: 96815-900, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)